

---

## RESPOSTA AOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO 01/2025

---

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2025.

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico Sesc em Minas n.º 000050-25, cujo objeto é o Registro de Preço para aquisição de brindes personalizados.

### 1 - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme item 4.1. do Edital convocatório, o prazo fatal para a apresentação de impugnação é de 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da Sessão de Licitação, excluindo-se da contagem a data da sessão, programada para 17/07/2025. Dessa forma, considerando que as impugnações foram apresentadas em 07, 10 e 14/07/2025, estas foram tempestivas.

### 2 – DA NATUREZA JURÍDICA DO SESC

Inicialmente, cabe ressaltar que o Sesc em Minas não é integrante da administração pública direta ou indireta, possuindo personalidade jurídica de direito privado, assim como Regulamento de Licitações e Contratos próprio, consolidado pela Resolução nº 1593/2024 do Conselho Nacional do Sesc. Logo, não estamos subordinados a observância dos estritos procedimentos da Lei Federal nº 14.133/2021, entre outras aplicáveis à Administração Pública.

### 3 – DA ANÁLISE

Verifica-se que as impugnações apresentadas tratam da possível ilegalidade e restrição da competitividade decorrente do agrupamento dos itens em lotes; do prazo de entrega dos itens e da exigência de laudos técnicos.

É importante destacar que cabe à área técnica demandante, detentora de conhecimentos técnicos, estabelecer as definições técnicas, em atenção e respeito as premissas que orientam as contratações em âmbito do Sesc, se atentar e sopesar quanto à aplicabilidade das premissas de regências de suas contratações com o fim, primordial, de se alcançar a melhor contratação possível.

Assim, tratando-se das razões de matéria técnica, por sua vez, a área técnica demandante, manifestou:

Divisão da licitação por lotes:

A estruturação dos lotes foi realizada considerando a natureza e finalidade comum dos produtos, alinhando-se ao planejamento estratégico institucional e à padronização da identidade visual das ações promocionais do SESC em Minas;

Não houve prejuízo à competitividade, tendo em vista que os itens agrupados possuem afinidade funcional e permitem a ampla participação de fornecedores com capacidade de fornecimento;

A divisão por lotes, conforme apontado, reúne itens promocionais com finalidades semelhantes: são todos produtos de uso institucional, transporte/acondicionamento de objetos ou de brindes, com identidade visual padronizada, utilizados em campanhas ou eventos.

A padronização dos materiais, formatos e identidade visual dos produtos é essencial à coerência institucional e, a composição dos lotes segue uma lógica funcional e não material, sendo esta prática plenamente legítima e usual em editais de mesma natureza.

A adoção de lotes compostos por múltiplos itens de afinidade funcional teve como objetivo otimizar a logística, padronizar a identidade institucional e aumentar a eficiência administrativa.

O fato de licitar 80 itens separadamente (em 80 microlotes ou itens individuais), implicaria na gestão simultânea de até 80 fornecedores distintos, geraria:

- Altíssima fragmentação contratual, dificultando o controle de prazos, garantias, substituições, padronização e entregas;
- Incompatibilidades logísticas, já que produtos que deveriam compor um mesmo kit (como mochila + estojo + caderno) poderiam chegar em prazos diferentes, formatos diferentes ou incompatíveis entre si;
- Risco de despadronização visual, prejudicando a identidade institucional do SESC/MG;
- E, consequentemente, aumento de custo operacional interno, com multiplicação dos processos de conferência, atesto, recebimento, pagamentos e logística reversa.

Prazo de entrega:

Após análise das impugnações, identificou-se a necessidade de acrescentar um prazo da aprovação da amostra no termo de referência e Edital, na qual o fornecedor terá tempo para organizar em até 30 dias corridos, o processo de elaboração e envio da amostra, o recebimento e aprovação da amostra pelo contratante e pôr fim a produção e entrega do pedido.

Desta forma, foi adicionado o prazo de elaboração e envio da amostra que deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão do pedido, período no qual deverá ser realizada o processo da aprovação da amostra, conforme as especificações constantes no Edital e no Termo de Referência. Após a aprovação formal da amostra, o prazo para entrega dos itens será de 20 (vinte) dias corridos, obedecendo às condições pactuadas contratualmente.

Portanto, conforme planejamento estratégico do Sesc em Minas, baseando-se na pesquisa de aderência e pesquisa de mercado de preços, com todos os fornecedores em acordo com o prazo de entrega de 20 dias corridos, o prazo de entrega dos itens permanece inalterado.

Exigência do Laudo técnico:

Não será solicitado à contratada para fornecer laudo ou certificado que comprove a composição técnica solicitada nas especificações. Após análise das impugnações, identificou-se que a exigência de laudo não é necessária para comprovação da qualidade dos produtos ofertados, visto que a apresentação de amostras e atestados de capacidade técnica é suficiente. A retirada da exigência visa ampliar a competitividade e evitar ônus desnecessário aos licitantes.

Em atenção às impugnações apresentadas, cumpre esclarecer que o Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, consolidado pela Resolução nº 1593/2024 do Conselho Nacional do Sesc, estabelece que as licitações no âmbito da instituição têm como objetivo a seleção da proposta mais vantajosa, garantindo legitimidade, eficiência e objetividade na aplicação dos recursos, bem como o alcance das suas finalidades institucionais.

Dessa forma, o edital deve conter, entre suas diretrizes, os critérios necessários para a habilitação dos licitantes, de modo que, uma vez atendidos, presume-se a aptidão do participante para a execução do contrato. Esse procedimento assegura um julgamento isonômico e objetivo da licitação, evitando avaliações subjetivas.

**No que se refere à alegação de possível ilegalidade e restrição da competitividade, especificamente em relação ao agrupamento dos itens em lotes,** ressalta-se que tal requisito está em plena conformidade com o Regulamento de Licitações do Sesc, conforme estabelecido na Resolução nº 1593/2024. Vejamos:

Art. 4.º: XXX - PARCELAMENTO DE OBJETO - ocorre quando, justificadamente, o objeto da licitação puder ser parcelado sem perda de escala, objetivando melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;

Art. 8.º É permitido o parcelamento do objeto a fim de ampliar a competitividade, sendo vedado o fracionamento da despesa com a finalidade de descaracterizar a modalidade de licitação pertinente.

§ 2.º No parcelamento do objeto deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Diante disso, a divisão dos lotes, foi devidamente justificada pela área técnica demandante, tendo em vista que os lotes foram organizados com base na natureza e finalidade comum dos produtos, visando à padronização da identidade visual institucional e o planejamento estratégico institucional. Além disso, a licitação por itens tornaria o trabalho do Sesc em Minas mais oneroso, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle na execução contratual.

Portanto, o agrupamento dos itens em lotes não configura ilegalidade e nem restrição indevida à competitividade do certame, mas sim um critério técnico para assegurar a que os itens adquiridos estejam alinhados com as necessidades institucionais do Sesc em Minas, conforme previsto na Resolução.

**Com relação ao questionamento sobre o prazo de entrega dos itens**, a área técnica demandante defende que a definição do prazo decorreu da aderência junto ao mercado e da pesquisa de preços, que não indicou objeções quanto à viabilidade de cumprimento. Portanto, não se trata de prazo inexequível, mas sim compatível com a capacidade produtiva e logística dos fornecedores previamente consultados.

Ressalta-se que, após análise das impugnações recebidas, identificamos a ausência de definição quanto ao prazo para envio das amostras. Sendo assim, para sanar essa pendência, incluímos o prazo de 10 (dez) dias corridos para envio das amostras, conforme estabelecido na Errata 01/2025.

**Quanto à exigência de laudo técnico e/ou certificado**, após reavaliação, identificou-se que não será mais exigido o laudo e/ou certificado, conforme Errata 01/2025. A área técnica concluiu que a exigência não se mostra essencial à comprovação da qualidade dos produtos ofertados, podendo ser substituída pela apresentação das amostras e atestados de capacidade técnica.

**No que tange a alegação de riscos de direcionamento e reprodução de vícios em editais**, cumpre esclarecer que o Sesc em Minas elabora seus próprios instrumentos convocatórios com base no regulamento interno, o qual estabelece diretrizes próprias para suas contratações. Além disso, o Sesc demonstra comprometimento com a legalidade e a transparência ao realizar previamente estudos técnicos e planejamento das aquisições, incluindo análise de aderência ao mercado, pesquisa de preços e avaliação jurídica das cláusulas editalícias e contratuais.

Dessa forma, não se sustenta a alegação de direcionamento ou reprodução de vícios, uma vez que os editais são construídos com base em critérios objetivos, alinhados às necessidades institucionais e às boas práticas de contratação.



Diante do exposto, mantemos o entendimento de que não há irregularidades no edital quanto à divisão dos lotes e ao prazo de entrega dos itens, razão pela qual se indeferem os pedidos constantes nas impugnações referentes ao desmembramento dos lotes e à dilação do prazo de entrega. Por sua vez, a exigência indevida de laudos técnicos foi devidamente regularizada, com a supressão do requisito no edital.

#### **4 – DA DECISÃO**

Isto posto, **CONHEÇO** as impugnações apresentadas e, no mérito, **DOU-LHES PROVIMENTO PARCIAL**, com o consequente **reajuste do edital conforme a Errata nº 01/2025**.

**Jakelyne Costa Alves**  
**Pregoeira**